


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **4000496-58.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
 Impetrante: **RENATO CELSO CAVICHIOLI**  
 Impetrado: **Departamento Estadual de Transito SP - DETRAN SP e outro**

Justiça Gratuita

**CONCLUSÃO**

Em 28 de fevereiro de 2014, faço conclusos estes autos a MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dra. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Marta Regina Pereira, Assistente Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

**Vistos.**

**RENATO CELSO CAVICHIOLI** impetra Mandado de Segurança contra ato exarado pela Diretora de Trânsito da 26ª Ciretran de São Carlos, que lhe teria negado a renovação de Carteira Nacional de Habilitação - CNH, sem que tivesse sido notificado da instauração do Procedimento Administrativo instaurado, que determinou o bloqueio de seu prontuário e, portanto, estaria sendo punido antecipadamente, o que afronta seu direito de ampla defesa, mesmo na esfera administrativa.

Por decisão proferia a fls.12/13, a liminar foi indeferida.

O DETRAN requereu o ingresso na lide na qualidade de assistente litisconsorcial (fls. 21), o que foi deferido a fls. 58.

A autoridade coatora prestou informações a fls. 23/52, alegando que o impetrante é proprietário de dois veículos de placas DTQ 8003 e HEJ 9826



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

que estão cadastrados em endereços diversos daquele constante no prontuário da sua CNH . Informa, ainda, que existem 06 (seis) portarias no prontuário do impetrante (a Portaria é gerada, automaticamente, quando constar no prontuário do condutor a somatória de 20 pontos) e que ele notificado de algumas autuações, pois foi parado em blitz de trânsito e identificado como condutor.

O Ministério Público declinou de se manifestar sobre o mérito e objeto do presente mandado de segurança por estar ausente o interesse público (fls. 57).

**É o relatório.**

**Passo a fundamentar e decidir.**

A situação enfocada nestes autos permite seja concedida a segurança pleiteada.

Razão assiste ao impetrante, na medida em que a autoridade apontada como coatora e o DETRAN não carregaram aos autos quaisquer documentos que demonstrassem a sua efetiva notificação das portarias mencionadas em suas informações. A afirmação da autoridade coatora acerca da instauração automática de portarias quando do atingimento de 20 pontos na CNH, a toda evidência, não isentava o ente público de proceder às necessárias notificações, para que o impetrante pudesse exercer o contraditório e a ampla defesa, do que foi tolhido em razão da ausência de notificação.

Ora, os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, erigidos a cláusulas pétreas pelo Poder Constituinte Originário e como tais, integrantes do núcleo intangível da Magna Carta, impõem a notificação do impetrante da instauração de procedimento administrativo, possibilitando-o, destarte, de efetivamente exercer os sobreditos princípios em sua plenitude.

Não basta a simples afirmação da autoridade de trânsito acerca do cumprimento da exigência legal, sendo necessária a juntada do documento, emitido pelos Correios, dando conta que as notificações foram efetivamente



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

encaminhadas, dentro do prazo legal.

Neste sentido já se pronunciou o E. Tribunal de Justiça:

"Apelação - ação declaratória de nulidade de ato administrativo - bloqueio da carteira nacional de habilitação - ausência de notificação prévia do autor que somente tomou conhecimento da penalidade quando pretendeu proceder à renovação da CNH - inexistência do devido processo legal - ofensa à ampla defesa e ao contraditório falta de prova de envio de comunicação do ato ao autor - nulidade do ato administrativo de bloqueio - reparação de danos morais - não cabimento - inexistência de elementos probatórios dos fatos que provocaram suposta lesão moral - sentença procedência parcial - manutenção. recurso denegado" . (Apelação nº 0008610-29.2011.8.26.0597, 3ª Câmara de Direito Público, Rel. Amorim Cantuária, 19/02/2013).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, concedendo a segurança, para determinar à autoridade coatora que **PROMOVA** o regular andamento e trâmite do procedimento administrativo visando à renovação da CNH do impetrante, não obstante a existência das portarias mencionadas nas informações, desde que, evidentemente, estejam preenchidos os demais requisitos exigíveis e inexistentes quaisquer outros óbices à renovação.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Comunique-se, por ofício, o teor desta decisão à autoridade tida como coatora.

Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina a regra específica da Lei nº 12.016/09, isto é, artigo 14, parágrafo 1º.

**P. R. I. C.**

São Carlos, 07 de março de 2014.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**